



INSTITUTO DE PSICOLOGIA PROGRAMA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO



CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO CONTEXTO DA MEDICALIZAÇÃO NO SUS

MARIA JOSÉ DA SILVA
DOUTORANDA

Cloridrato de Metilfenidato

2

JUSTIFICATIVA

- Nos últimos anos têm ocorrido uma expansão do uso de cloridrato de metilfenidato, princípio ativo da Ritalina® (Novartis ®) e, também, como o sugestivo Concerta® (Janssen Cilag®) conhecido como a “**droga da obediência**”. É um estimulante do sistema nervoso central, que aumenta a atenção e reduz a impulsividade e hiperatividade em pacientes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).



OBJETIVO

- Apresentar a organização e as contribuições da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS) no que diz respeito ao Fenômeno “Medicalização”.

Droga X TDAH => Aumento do Consumo

3

- Segundo vários estudos, Ortega *et al.* (2010), afirmam que, mundialmente, o metilfenidato é o psicoestimulante de maior demanda de consumo mais que a soma de todos os outros estimulantes, devido a sua associação com o diagnóstico de TDAH. Segundo Itaborahy & Ortega (2013, p. 814) sua divulgação ao público exerce importante influência nessa demanda. Essa droga ainda pode ser usada, com restrição, no tratamento de narcolepsia e obesidade.
- Recentes atualizações obtidas pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), instrumento informatizado utilizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para monitorar as movimentações de entrada e saída de medicamentos sujeitos a controle especial comercializados em farmácias e drogarias privadas em todo o país, denotam oscilação de aumento e leve declínio no período de 2014 a 2019.

Tabela 01 – Consumo de Metilfenidato no Brasil

4

ANO	CAIXAS
2014	1.431.974
2015	1.340.409
2016	1.360.196
2017	1.551.408
2018	1.461.842
2019	1.860.839

- Segue a mesma prática de anos anteriores apresentando um total de 1,86 milhões de caixas de metilfenidato vendidas em 2019, aumento de 27,30% em relação a 2018, confirmando a evolução progressiva do consumo (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2020).

Medicalização

5

- Segundo Conrad (2007, p.5) a “medicalização” descreve o processo no qual problemas não médicos se tornam definidos e tratados como problemas médicos, usualmente, nos termos de doenças e transtornos”, e destaca ainda, que “pode-se examinar a medicalização envolvida no alcoolismo, no TDAH, na menopausa, na disfunção erétil”. Com isso, temos eventos normais sendo tratados pela medicina científica como patológicos que, “ao submeter o indivíduo à bioquímica cerebral, por exemplo, torna-o somente controlável pelo uso de fármacos, reforçando a medicalização como alvo principal para o controle social” (SILVA, 2014).
- Essa discussão requer um olhar apurado para o “processo de medicalização social que é intenso e importante para o SUS” e no setor privado, sendo caracterizado por dificuldades oriundas de questões sociais, políticas e econômicas, que se transformam em questões biológicas e, conseqüentemente em doenças, procurando soluções na área da saúde (TESSER, 2006).

Marcos Regulatórios do SUS e da Assistência Farmacêutica

6

- **1988** – Constituição Federal Movimento Sanitarista – Sistema Único de Saúde (SUS) - “Saúde direito de todos e dever do Estado”.
- **SET/1990 – Lei nº 8.080 – denominada Lei Orgânica da Saúde** - Estabelece a estrutura e o modelo operacional do SUS, propondo a sua forma de organização e de funcionamento, visando a Política Nacional de Saúde (PNS)

Art. 6º: Estão incluídas ainda no campo de atuação do SUS:

I - a execução de ações: d) **de Assistência Integral, inclusive a Farmacêutica;**

VI – a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.

Financiamento do SUS

7

- **DEZ/1990 – Lei nº 8.142** – *determina que os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão designados para estados e municípios e repassados de forma regular e automática desde que estes tenham: Fundo de Saúde, Conselho de Saúde, Plano de Saúde e Relatório de Gestão.*

Regulamentação da Assistência Farmacêutica no SUS

8

- **1998** - Portaria nº 3.916 aprova a Política Nacional de Medicamentos (PNM).
 - ✓ Garantir segurança, eficácia e qualidade dos produtos farmacêuticos, uso racional e acesso aos medicamentos essenciais.
- **Diretrizes:** Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME);
Reorientação da Assistência Farmacêutica; Regulamentação Sanitária;
Promoção do Uso Racional de Medicamentos; Estímulo à produção de medicamentos.
- **2004** – Resolução CNS nº 338 – Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF).
 - ✓ Regular e assegurar a Assistência Farmacêutica nos serviços públicos de saúde.

Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

9

- **2011** - Portaria nº 7.508 regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Capítulo II – Da organização do SUS

Seção II Da RENAME

- ✓ Estabelece o conceito da RENAME; o acompanhamento do Formulário Terapêutico Nacional; a periodicidade de atualização; que a prescrição esteja em conformidade com a RENAME, ou com relação complementar, e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

O que são Medicamentos Essenciais?

10

- ✓ **Segundo a OMS:** São aqueles que satisfazem às necessidades de saúde prioritárias da população, os quais devem estar acessíveis em todos os momentos, na dose apropriada, a todos os segmentos da sociedade.

Diretrizes Gerais da PNM

11

- ✓ Adoção e Revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME);
- ✓ Regulação Sanitária de Medicamentos [e vigilância];
- ✓ Reorientação da Assistência Farmacêutica;
- ✓ Promoção do uso racional de medicamentos;
- ✓ Desenvolvimento científico e tecnológico;
- ✓ Promoção da produção de medicamentos;
- ✓ Garantia da segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos;
- ✓ Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

Reorientação da Assistência Farmacêutica

12

Está fundamentada:

- ✓ Na descentralização da gestão;
- ✓ Na promoção do **uso racional de medicamentos**;
- ✓ Na otimização e na eficácia do sistema de distribuição no setor público;
- ✓ No desenvolvimento de iniciativas que possibilitam a redução dos preços dos produtos, viabilizando, inclusive, o acesso da população aos produtos do setor privado.

Uso Racional de Medicamentos

13

É o processo que compreende:

- ✓ a prescrição apropriada;
- ✓ a disponibilidade oportuna e a preços acessíveis;
- ✓ a dispensação em condições adequadas;
- ✓ o consumo nas doses indicadas, nos intervalos definidos e no período de tempo indicado de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade.

Como promover o Uso Racional de Medicamentos

14

Como promover?

- ✓ Relação de Municipal de Medicamentos (REMUME)
- ✓ Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME);
- ✓ Formulário Terapêutico Nacional (FTN);
- ✓ Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF)

15

Aprovada pela Resolução CNS nº 338/2004

Principais Eixos Estratégicos:

- ✓ Garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo necessariamente a Assistência Farmacêutica;
- ✓ Manutenção de serviços de Assistência Farmacêutica, (...) considerando (...) a observância das prioridades regionais definidas nas instâncias gestoras do SUS;

Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF)

16

Principais Eixos Estratégicos:

- ✓ Descentralização das ações, com definição das responsabilidades das diferentes instâncias gestoras, de forma pactuada, visando à superação da fragmentação em programas desarticulados;
- ✓ Utilização da RENAME, atualizada, periodicamente, como instrumento racionalizador das ações no âmbito da Assistência Farmacêutica;
- ✓ Definição e pactuação de ações intersetoriais que visem à utilização das plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos no processo de atenção à saúde, (...);

Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF)

17

Principais Eixos Estratégicos:

- ✓ Construção de uma Política de Vigilância Sanitária que garanta o acesso da população a serviços e produtos seguros, eficazes e com qualidade;
- ✓ Promoção do uso racional de medicamentos, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo.

Afinal, o que é Assistência Farmacêutica?

18

- ✓ Conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial, visando o acesso e o seu uso racional.
- ✓ Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

Ciclo da Assistência Farmacêutica

19



Controlando o Uso do Metilfenidato

20

- Conforme Portaria GM/MS nº 344/98 é classificado como droga psicotrópica, está inserido na lista A3 (substâncias psicotrópicas), sujeito a notificação especial (receita amarela) (ANVISA, 2020).
- O metilfenidato vem sendo utilizado pelos municípios, com base nas prescrições médicas, mesmo estando ou não padronizado pela Comissão de Padronização de Medicamentos (CPM). Essas solicitações são oriundas de vários equipamentos da rede, principalmente da Atenção Básica e da Especializada, promovendo significativo aumento da demanda. Ao passo que, ao concentrar as emissões nos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS-I), haveria melhor acompanhamento do tratamento por parte da equipe multiprofissional, conforme apontam Bonfim & Ianni (2015, p.73), sendo ainda, um **caminho para a redução desse quantitativo.**

Regulamentação do Financiamento AFAB

21

Portaria GM/MS n ° 204 de 29/01/07 regulamenta:

- ✓ Transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;
- ✓ Responsabilidade conjunta da União, dos Estados e dos Municípios pelo financiamento.

Portaria GM/MS n ° 4.217 de 28/12/10 pactuada por meio da Deliberação CIB nº 04 de 23/02/11 estabelece:

- ✓ Atualização dos valores;
- ✓ Elenco de referência nacional e;
- ✓ Transferências de recursos.

Financiamento da Saúde

Blocos de Financiamento X Componentes

22

- 1- Atenção Básica
 - PAB Fixo: Limite
 - PAB Variável: PSF, ACS, SAÚDE BUCAL+ Portaria 648/2006
- 2- Atenção de Média e Alta Complexidade
 - MAC: CEO, SAMU, FIDEPS. Conforme PPI
 - FAEC: Procedimentos Regulados pela CNRAC, Transplantes, etc.
- 3- Vigilância em Saúde
 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental
 - Vigilância Sanitária
 - TFVS, Lab. Saúde Pública, Campanhas de Vacinação, etc.
 - Teto Financeiro de Vigilância Sanitária - TFFVISA
- 4- Assistência Farmacêutica
 - **Básico**
 - **Estratégico**
 - **Especializado**
- 5- Gestão do SUS
 - Qualificação da Gestão – Portarias Específicas
 - Implantação de Ações e Serviços de Saúde
- 6- Investimentos
 - UPA/SE – Portaria 1.020/2009
 - UBS – Portaria 2.226/2009
 - EQUIP – M.P. / AB e ESP. – Portaria 2.198/2009

Requisitos para uma Assistência Farmacêutica Qualificada

23



Como aplicar a Assistência Farmacêutica na prática?

24

- Instituir a **Coordenadoria de Assistência Farmacêutica** no organograma do município com definição clara de responsabilidades;
- Implantar por meio de Lei Municipal a **Política Municipal de Medicamentos**;
- Instituir **Comissão de Padronização de Medicamentos** – formada por médicos, farmacêuticos, enfermeiros e demais profissionais da saúde;
- Elaborar, em conjunto com farmacêuticos, **Manual de Boas Práticas de Armazenamento e Procedimento Operacional Padrão (POP)** para dispensação de medicamentos controlados pela Portaria GM/MS nº 344/98 e demais drogas não pertencentes a essa normativa;
- Implantar **Cartilha Educativa da Assistência Farmacêutica** para usuários do SUS.

Ações da Assistência Farmacêutica para apoiar a Medicalização

25

- ✓ Desenvolver e Implantar Impresso “Orientação ao Paciente” para o uso adequado do medicamento.

 PREFEITURA DE SANTOS Secretaria Municipal de Saúde				
ORIENTAÇÃO AO PACIENTE				
Nome do Paciente: _____				
Atualizado em ____/____/____.				
MEDICAMENTOS 	PERÍODO			COMO VOCÊ DEVE USAR
	MANHÃ 	TARDE 	NOITE 	

Nome da Farmácia: _____	
Nome do Farmacêutico: _____	
Telefone: _____	
Retorno: ____/____/____	Horário: _____

Ações da Assistência Farmacêutica para apoiar a Medicalização

26

- Desenvolver **Guia de Padronização de Medicamentos e Memento Terapêutico**;
- Boletim Informativo com orientações terapêuticas para a prescrição médica, atualizações de medicamentos, dentre outras.



Ações da Assistência Farmacêutica para apoiar a Medicalização

27

- ✓ Acompanhar solicitações de padronizações e despadronizações de medicamentos para as unidades de saúde em conjunto com a Comissão de Padronização de Medicamentos.

4.2 Formulário de Solicitação/Alteração de Padronização

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS**
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS
CPM/SMS

SOLICITAÇÃO/ALTERAÇÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS
() padronização () despadronização Nº ____/____/____

Campos a serem preenchidos pelo Médico/Farmacêutico/Chefe de Seção

Unidade requisitante: _____ Data: ____/____/____
Médico: _____ Clínica: _____
Medicamento (referência): _____
Nome da substância (genérico): _____
Dose: _____ Forma _____
farmacêutica: _____
Justificativa: _____

De acordo com a literatura: _____
Parecer do Farmacêutico: _____

Ao Chefe de Seção, em ____/____/____ A CPM, em ____/____/____

assinatura e carimbo do Médico _____ assinatura e carimbo do Chefe de Seção

Campos a serem preenchidos pela Comissão de Padronização de Medicamentos

Fabricante/Fornecedor: _____
Preço de comercialização: _____
Origem: () Nacional () Importado (país de origem): _____
Custo estimado do tratamento: _____
Similares padronizados e preços de compra: _____
Parecer: _____

Padronizar: () Sim () Não Despadronizar: () Sim () Não
À unidade requisitante, em ____/____/____
Assinatura: _____
carimbo

Para Fixar: Políticas Farmacêuticas

28

Baseadas na:

- ✓ Política Nacional de Saúde (PNS);
- ✓ Política Nacional de Medicamentos (PNM);
- ✓ Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF);
- ✓ Política Municipal de Medicamentos (PMM).

Referências

29

- ✓ AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html >. Acesso em: 21 nov. 2020.
- ✓ _____. Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC. Dicionário de Dados – Painéis Gerenciais de Dados Públicos de Medicamentos Industrializados, 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMjU0ZmY3YTktMzMwNy00MDRkLTk4MGItMWFjYzM0MzMwNDMwliwidCI6ImI2N2FmMjNmLWMzZjMtNGQzNS04MGM3LWI3MDg1ZjVIZGQ4MSJ9>>. Acesso em 20 nov. 2020.
- ✓ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- ✓ _____. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- ✓ _____. Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.html>. Acesso em: 13 mai. 2022.

Referências

30

- ✓ _____. Portaria GM/MS nº 3916 de 30 de outubro de 1998. Aprovar a Política Nacional de Medicamentos. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- ✓ _____. Portaria nº 7508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- ✓ _____. Resolução CNS nº 338 de 06 de maio de 2004. Aprovar a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html. Acesso em : 12 maio 2022.
- ✓ CONRAD, P. The Medicalization of Society: on the transformation of human conditions into Treatable Disorders. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.
- ✓ ITABORAHY, C.; ORTEGA, F. O metilfenidato no Brasil: uma década de publicações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.3, p.803-816, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/26.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- ✓ ORTEGA, F. et al. A Ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.14, n.34, p.499-510, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Referências

31

- ✓ SILVA, M.J.; CASETTO, S .J.; HENZ, A. O. **O uso do cloridrato de metilfenidato em unidade infantil da rede pública de Santos:** Remediando a desmedida? 2014. 91f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, *Campus Baixada Santista*, Santos, 2014.
- ✓ TESSER, C. D. Medicalização social (I): sucesso do epistemicídio moderno na saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.10, n.19, p.61-76, jan/jun 2006.



**“Feliz aquele que aprende
o que ensina e
transfere o que sabe.”**

Cora Coralina

Obrigada!

**E-mail: majosil@usp.br
Celular: (13) 99701-7009**